

# INTRODUÇÃO

## IMPACTOS DA PANDEMIA

Gustavo Henrique Moraes

Ana Elizabeth M. Albuquerque

Robson dos Santos

<https://doi.org/10.24109/9786558010630.ceppe.v7.5581>

São Paulo, 26 de fevereiro de 2020. Um homem de 61 anos, que acabara de retornar de uma viagem à Itália, recebeu o diagnóstico do primeiro caso confirmado no Brasil de covid-19, a doença causada pelo novo coronavírus. Pouco depois, em 11 de março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou o estágio da contaminação ao *status* de pandemia global, indicando a necessidade do estabelecimento de medidas protetivas.

Cercada de incertezas, a pandemia atingiu um Brasil despreparado para o seu enfrentamento. Entre os mais otimistas, prevalecia a tese de uma ameaça passageira, algo como um surto gripal de curta duração. Para outros, mais conectados à realidade internacional, a situação mostrava-se potencialmente dramática, exigindo ações imediatas.

Nos dias seguintes, com a escalada das contaminações e o sentimento crescente de insegurança, diversas iniciativas emergenciais buscaram estabelecer medidas de distanciamento social e isolamento respiratório, como forma de conter a disseminação do vírus. Em um País em quarentena, a população brasileira esperava pelo desfecho da situação excepcional e pelo rápido restabelecimento da normalidade.

Desafiando os prognósticos mais brandos, a propagação do vírus mostrou-se altamente eficiente, com o surgimento de diversas subvariantes, mais transmissíveis e mais letais, que atingiram o País em sucessivas ondas de contágio, exigindo o aprofundamento das medidas restritivas de circulação e intensificando os impactos

da pandemia. Durante esses primeiros estágios, seria difícil imaginar a realidade experimentada hoje, na qual o planeta se encaminha para o terceiro ano de convivência com a covid-19.

No Brasil, assim como no restante do mundo, não houve segmento da sociedade que não tenha experimentado os efeitos da pandemia – da saúde à economia, da produção industrial à cultural, do turismo aos serviços essenciais, todos os setores sentiram o impacto do novo coronavírus. Entre os segmentos mais afetados, destaca-se o setor educacional, severamente atingido pelo fechamento das escolas e de seus consequentes desafios à garantia da aprendizagem, ao financiamento das atividades, à manutenção das condições de permanência e êxito escolar, além das incontornáveis perdas de vidas contabilizadas entre estudantes e trabalhadores da educação.

Em um contexto como esse, de extrema dificuldade e de necessária reconstrução nacional, ganharam renovada importância a produção, a disseminação e a utilização de indicadores sociais. No enfrentamento de uma realidade desconhecida, a produção de evidências estatísticas ajuda a iluminar o caminho escurecido, apontando os possíveis rumos para as políticas públicas.

Entre os indicadores que têm a função de informar a realidade educacional, nenhum conjunto ganhou maior destaque que o daqueles dedicados ao monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), modelados, calculados e estudados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por força de determinação da Lei nº 13.005/2014. Constituídos de maneira a acompanhar todas as etapas da educação nacional – da educação infantil à pós-graduação –, a atualização dos indicadores do PNE foi amplamente requisitada por diversos setores da sociedade brasileira.

Com efeito, em 25 de junho de 2020, o Inep publicou o *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*, atualizando o desenvolvimento de cada uma das metas contidas no Plano. Há que se ponderar, contudo, que os 56 indicadores que compõem o monitoramento do PNE são inescapavelmente dependentes de um amplo conjunto de pesquisas realizadas no território brasileiro, cada uma contando com seu próprio calendário de coleta, tratamento e disseminação de informações.<sup>1</sup> Isso posto, é possível afirmar que os resultados ali expressos ainda não captavam os efeitos da pandemia sobre os setores da educação nacional.

<sup>1</sup> Alguns desses resultados derivam de pesquisas desenvolvidas pelo próprio Inep, tal é o caso das bases oriundas do Censo Escolar da Educação Básica, do Censo da Educação Superior, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Outras pesquisas são produzidas por distintas autarquias do Ministério da Educação, como as bases referentes à pós-graduação, produzidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e as que trazem os dados financeiros da educação, produzidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Por fim, há aquelas que têm origens em outros Ministérios, como as bases de dados do Censo Populacional, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) – elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério da Economia.

Um olhar mais apropriado acerca do desenvolvimento das metas do PNE sob as condições da pandemia dependeria de um tempo mais dilatado, com a realização de pesquisas que pudessem captar a nova realidade educacional. Em que pesem as dificuldades que foram impostas para a execução de novos levantamentos e para a disponibilização das suas informações, o Inep cumpriu a missão de atualizar esse conjunto de indicadores,<sup>2</sup> publicando o *Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022*, em 25 de junho de 2022.

A publicação dos resultados atualizados dos indicadores de monitoramento do PNE preencheu expressivas lacunas no conhecimento da realidade educacional, ao mesmo tempo que inaugurou um novo conjunto de questões que puderam ser feitas com base nas evidências apresentadas. É no sentido de aprofundar o conhecimento a respeito dessas questões que o Inep apresenta o volume 7 dos *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*.

Em “Efeitos da pandemia nos recursos do Fundeb: análise da evolução no volume de recursos dos entes subnacionais”, Marcelo Lopes de Souza e Fabiana de Assis Alves objetivam analisar quais foram os efeitos da pandemia sobre o volume de recursos do Fundeb na dinâmica redistributiva dos fundos, incluindo a evolução dos valores dos pisos nacionais por aluno. A abordagem metodológica utilizada é uma análise descritiva dos dados oficiais sobre os recursos financeiros do Fundeb desagregados por fonte de receita, produto interno bruto, arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e total de matrículas.

Em “Impactos da pandemia no acesso à graduação: desigualdades de participação e desempenho no Enem 2019-2021”, Adriano Souza Senkevics, Flavia Viana Basso e Luiz Carlos Zalaf Caseiro estimam os impactos da pandemia no acesso à graduação. Com base em microdados do Censo da Educação Superior e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), discutem tendências recentes de recrudescimento das desigualdades de acesso e de alterações no perfil da demanda e da oferta de graduação, com ênfase na expansão das modalidades remotas de ensino. Ademais, mobilizam dados do Exame Nacional do Ensino Médio 2019-2021 para estimar impactos da pandemia sobre a participação e o desempenho na prova, por meio de modelagens lineares com efeitos interativos e efeitos fixos municipais.

Em “Impactos da pandemia na oferta e no desenvolvimento de cursos técnicos”, Robson dos Santos, Ana Elizabeth M. de Albuquerque, Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva e Gustavo Henrique Moraes apontam que a chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil provocou uma crise que não se restringiu ao âmbito da saúde pública. Ela acarretou consequências no campo econômico, impactando profundamente as taxas de ocupação e rendimento. No campo educacional, o fechamento das escolas

<sup>2</sup> É preciso alertar que nem todos os indicadores puderam ser atualizados devido à ausência de novas informações. Destacam-se as dificuldades envolvidas para o cálculo dos indicadores que utilizam as bases do Censo Populacional do IBGE, cuja última edição foi publicada em 2010, e da Pnad-c, cuja metodologia de coleta foi severamente afetada pelo contexto da pandemia.

repercutiu em perdas ainda não integralmente delineadas nem mensuráveis. Assim, o estudo objetivou compreender os impactos da pandemia na oferta e no desenvolvimento dos cursos técnicos.

Em “Reforma curricular e pandemia: percursos da BNCC do ensino médio em tempos pandêmicos”, Edison Fernandes visa contribuir com a pesquisa nacional sobre política curricular para o ensino médio. Metodologicamente, adota dois marcos temporais: a) um período ampliado, que alcança a lei da reforma do novo ensino médio (Lei nº 13.415/2017) até os arranjos interfederativos de implementação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM) no primeiro semestre de 2022; e b) um período circunscrito, que coincide com o estágio mais crítico da pandemia no Brasil: a fase de suspensão de aulas presenciais nas escolas das redes de ensino. Por meio de documentos de regulação e orientação normativa e de bases de dados nacionais sobre política curricular no País, são investigados os impactos da pandemia na implementação do novo ensino médio e, em específico, da BNCC-EM.

Em “Desigualdades educacionais na pandemia: análise das respostas das escolas brasileiras à suspensão das atividades presenciais em 2020”, Adriano Souza Senkevics e Alvana Maria Bof investigam o impacto da pandemia de covid-19 no funcionamento das escolas brasileiras, mediante a proposição do Índice de Resposta Educacional à Pandemia (IRP), indicador sintético das principais estratégias de ensino-aprendizagem empregadas pelas escolas por força da suspensão de atividades presenciais no ano letivo de 2020. Assim, procura-se responder às seguintes questões: Como diferiram as respostas das redes de ensino e das escolas no enfrentamento das limitações na realização de aulas presenciais? Como diferiram as estratégias adotadas pelas escolas e redes de ensino para a continuidade das atividades de ensino-aprendizagem não presenciais? Quais escolas e estudantes foram mais afetados? O que condiciona as diferentes respostas das escolas?

Em “Impactos da pandemia na educação escolar indígena”, Márcio Lima e Robson dos Santos defendem que o direito à organização escolar própria é uma conquista importante dos povos indígenas nas últimas décadas, mas as condições adequadas para sua concretização ainda não se materializaram. O contexto pandêmico fez emergir ainda mais as desigualdades e restrições que marcam as condições de oferta da educação escolar indígena. Para compreender esse cenário, o trabalho descreve como se caracteriza a referida modalidade, especialmente no que diz respeito às condições dos estabelecimentos de ensino; analisa como tais escolas apresentam limitações no tocante aos recursos disponíveis; descreve que estratégias de reorganização em seu funcionamento e no trabalho pedagógico foram adotadas no contexto da pandemia; e analisa como as limitações e precariedades prévias podem ter se alterado durante o período de fechamento das instituições de educação escolar indígena.

Em “Impactos da pandemia na alfabetização das crianças brasileiras”, Alvana Maria Bof, Flavia Viana Basso e Robson dos Santos investigam os possíveis impactos da pandemia de covid-19 na alfabetização das crianças nas escolas brasileiras. Para tal,

analisam as estratégias que foram adotadas pelas escolas de anos iniciais do ensino fundamental no País para a continuidade das atividades de ensino-aprendizagem de seus alunos, durante a suspensão das aulas presenciais causada pela pandemia, e buscam verificar os possíveis reflexos dessas novas condições de ensino nos resultados da alfabetização das crianças, comparando dados dos períodos pré e pós-pandemia.

Por fim, em “Impactos da pandemia no aprendizado dos estudantes brasileiros: desigualdades e desafios”, Alvana Maria Bof e Gustavo Henrique Moraes investigam os impactos da pandemia de covid-19 no aprendizado dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio brasileiros, explorando também os efeitos desse período pandêmico nas desigualdades educacionais concernentes ao aprendizado dos alunos. Para isso, examinam os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em Língua Portuguesa e em Matemática. As análises exploram ainda as diferenças no aprendizado dos estudantes considerando a dependência administrativa da escola, a localização – urbana ou rural – e as unidades federativas. Ao final, tecem considerações acerca dos desafios a serem enfrentados e das políticas/ações a serem observadas no caminho de desenvolvimento e melhoria da aprendizagem de todos os estudantes da educação básica.

Vale lembrar que os trabalhos aqui apresentados também foram realizados sob condições pandêmicas, exigindo esforços adicionais dos pesquisadores para cumprirem a missão de bem informar a sociedade brasileira, provendo o campo educacional com a melhor evidência disponível. Fazemos votos de que esses esforços frutifiquem em ações e políticas que colaborem para o desenvolvimento da educação nacional, pautada pelo norte da ciência, da qualidade, da inclusão e da superação das desigualdades.